



Comunicação COVID19

Ponto de situação 4 de julho

Casos Confirmados

43.569 CASOS DE COVID-19

MAIS 413 CASOS DO QUE ONTEM

NÚMERO DE INFETADOS SUBIU 0,95%

Óbitos

1.605 VÍTIMAS MORTAIS

MAIS 7 VÍTIMAS MORTAIS (+ 0,43%)

NORTE-819

CENTRO-248

LISBOA E VALE DO TEJO-498

ALENTEJO-10

ALGARVE-15

AÇORES-15

MADEIRA-0

Outros dados

28.772 CASOS DE RECUPERAÇÃO

1.103 AGUARDAM RESULTADOS

13.192 CASOS ATIVOS

(Confirmados Menos Recuperados e Óbitos)

489 INTERNADOS (1,12%) / 73 UCI (0,16%)

Sáb.4 julho

Pandemia
ultrapassa os 11
milhões de casos
no mundo.

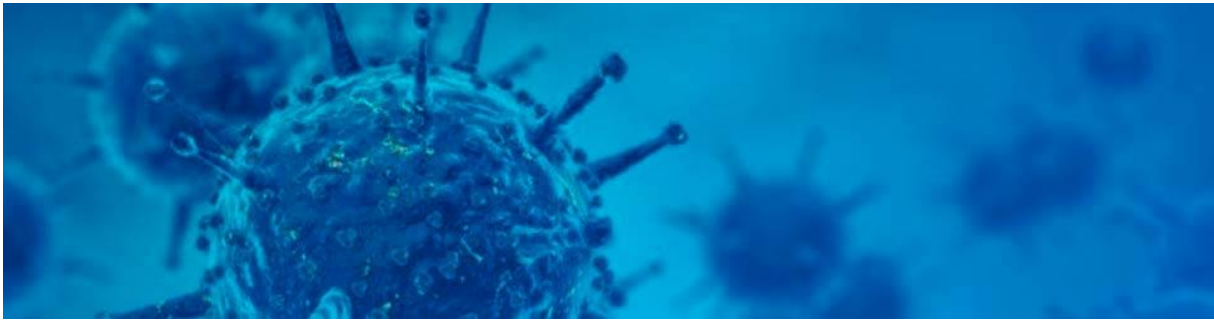
Hospitais
desmentem
números da DGS.

Costa afasta
"Bloco Central" e
recusa aceitar
incapacidade da
esquerda para
visão comum.

Próximo ano
letivo vai ter
período de
recuperação de
aprendizagens.

Concorrência
acusa 6
supermercados e
2 fornecedores de
concertarem
preços de
bebidas.

Covid-19: PM
holandês sem
pressa para fechar
fundo de
recuperação no
próximo Conselho
Europeu.



MANCHETES, DESTAQUES E PRIMEIRAS PÁGINAS DA IMPRENSA



(Edição papel) Governo gasta menos com a crise do que o inicialmente previsto. O Orçamento de estado Suplementar, ontem aprovado só com votos a favor do PS, prevê um gasto de menos 1800 milhões do que o calculado no início da crise. O impacto é de 1,7% do PIB. Violência doméstica. "É uma grande traição para as mulheres". Alunos mais novos serão os últimos a voltar a casa. Ano letivo será maior e com reforço de apoio. Se a pandemia piorar, os mais pequenos são os últimos a deixar a escola. Tensão com Inglaterra por limitações a turistas. Meio milhão gasto em projeto de Beja para nada. **FUGAS.** Passeio no Algarve natural do Baixo Guadiana.



(Edição em papel) Lavagem das mãos durante a pandemia está a baixar risco de infeção hospitalar em doentes. Em 2013, Portugal era o pior país da Europa no controlo da infeção hospitalar, dos que registavam maiores taxas de resistência aos antibióticos e dos piores no uso que fazia destes. Mas muito mudou. E o medo da covid-19 e o seu combate está a reforçar alguns comportamentos. Só "é preciso que estes perdurem no tempo". Arancha González Laya , Ministra dos Negócios Estrangeiros de Espanha, - "Há uma espécie de felicidade nesta fronteira hispano-portuguesa que pode ser um exemplo para a Europa". Três dias para um acordo sob pressão e governo já admite que a TAP vai despedir. José Eduardo Agualusa "Não faz sentido a competição sobre qual o melhor sistema colonial". No escuro do cinema, Almodóvar continua a chamar pela mãe. "A lei da canábis medicinal foi para boi ver". Opinião de Vasco Cordeiro. Os 225 anos (e até mais) da relação entre

Açores e EUA. **(Online)** Confirma-se: TAP vai mesmo ser nacionalizada. A resolução do Conselho de Ministro será aprovada esta quinta-feira, Falharam as negociações com David Neeleman, um dos acionistas privados. "Não é da vossa conta", reage a China às críticas da comunidade internacional à nova lei de Hong Kong.



(Edição papel) Operação Lex. Vieira apanhado por cunha a juiz. Maria José Morgado prepara acusação a três magistrados em processo que envolve líder benfiquista.

Novo Ano Letivo. Mais 2500 professores para garantir aulas presenciais. Ministro anuncia calendário escolar mais largo. Nacionalização da Efacec trama Isabel dos Santos. Intervenção do estado. 2 mil empregos ameaçados na TAP. Quarentena. Ingleses dão golpe no turismo português. Segurança Social. 70% das reformas abaixo do salário mínimo. **Revista VIDAS.** O negócio de Cristina. A nova vida da mãe de CR7.



(Edição em papel) Norte sem rastreios ao cancro da mama. Unidades fechadas por falta de acordo entre a Liga e a Administração regional de Saúde. Serviço encerrou devido à pandemia. Resto do país já

retomou em meados de junho. Intervalos menores e alunos a um metro de distância. Férias mais curtas e reforço de professores no próximo ano letivo. Mais trabalhadores em lay-off após a nacionalização da Efacec que tem falhas de matéria-prima. Orçamento. O dia em que a "geringonça" virou bloco central. Aviação. Costa admite que futuro da TAP será doloroso. Reino unido. Portugal fora do corredor turístico. Automóveis. Inspeções rigorosas a partir de novembro. Marquês. Corrupção na PT é ficção, diz Salgado.



(Online) Fechados postos de venda do Mercado Abastecedor do Porto depois de detetados casos de covid-19. Porto.

Procurados três migrantes marroquinos após fuga de instalação no Aeroporto. Após ser resgatada de sarjeta, gata acabou adotada por bombeira. Visita de Marcelo à Madeira "já devia ter acontecido", diz Miguel Albuquerque.



(Online) Costa compara infetados no Reino Unido e Algarve e pergunta "qual o lugar mais seguro". Santos Silva: Decisão do Reino Unido é

"absurda", "errada" e "desapontante". BE quer apreciação parlamentar de diploma sobre Efacec por nacionalização ser temporária. Isabel dos Santos tem de reconhecer ilícitos para negociar com Angola. Corredores aéreos: PSD requer audição urgente do ministro dos Negócios Estrangeiros.



(Online) É uma "medida desastrosa". Hotéis temem impacto da decisão do Reino Unido. O setor hoteleiro já antecipa a fraca procura de turistas britânicos pelo mercado português, depois da

decisão do Governo britânico. Temem-se prejuízos avultados. Governo "disposto" a pagar por novo CEO para a TAP. "Mais caro é ter um gestor sem competências", diz Pedro Nuno Santos. Nacionalizar empresas portuguesas? Mesmo sem a TAP, a curta lista cresceu com a Efacec. A TAP acabou por não ser nacionalizada, mas houve outra empresa que o Estado tomou posse. Foi a Efacec a juntar-se ao SIRESP na lista de empresas nacionalizadas pelo atual Governo.



(Online) Linhas Covid-19: Banca aprovou crédito no valor de 6,5 mil milhões de euros até maio. Mas só 3,2 mil milhões chegaram às empresas. Governo trava subida das taxas de supervisão em 2020

proposta pela CMVM. AdC acusa Continente, Pingo Doce, Auchan, Lidl, Intermarché e E-Leclerc de de concertação de preços. Deputado do PS prevê que intervenção na TAP será "maior erro político de António Costa". Rui Rio considera que "reuniões do Infarmed começam a ter pouca utilidade".



(Online) Suplementar mantém despesa de 704 M€ para bancos falidos. Portugal com três cartões vermelhos de Bruxelas nas regras do mercado único. Depois de ter tido o melhor desempenho em 2019, Bruxelas chumba subida de processos por infração, falhas na

informação e na contratação pública. Covid19. "Esta crise, comparada com a das alterações climáticas, é mais simples", Jorge Moreira da Silva. Agricultura em risco de ficar 2 anos sem apoio pós-covid.

OBSERVADOR

(Online) Os infetados que estão à espera de ser contactados.

Todos os infetados devem ser contactados no prazo máximo de 24 horas pelas autoridades de saúde. Marta Temido garante que

isso está a ser feito. Aida, João, Ana e Odete dizem que não. Lares de idosos vão ter "controlo apertado". Rio questiona "utilidade" de reuniões do Infarmed. Cancro da mama. 75 mil rastreios adiados no Norte. Próximo ano letivo vai ter menos 6 dias de férias. Fenprof. Governo tem de ser mais claro. Madeira e Açores não estão livres de quarentena. Sócrates foi escutado 449 dias em 8.199 horas. Marquês. Juiz não vai cumprir prazo para decidir. TAP. Marcelo tinha "muitas dúvidas" em assinar nacionalização. O Presidente da República admitiu que uma proposta de nacionalização da TAP lhe suscitaria muitas dúvidas, caso tivesse de a assinar, mas reconheceu que a solução encontrada foi a que restou. Sondagem. Mais de 70% considera "muito importante" Liga dos Campeões em Portugal-Eurosondagem. 200 mil pessoas em confinamento na Catalunha.



(Edição em papel) - Covid[-19]: Hospitais desmentem números da DGS.

Há laboratórios, universidades e médicos que não registam infetados.

Boletim da DGS tem concelhos sem casos há semanas, mas continuam a aparecer doentes. Graça Freitas reconhece "várias disfunções".

“O PM não pode passar a vida em debates. Tem de trabalhar” [Rui Rio]”. Tiago Brandão Rodrigues “Críticas à Educação são demagógicas, paternalistas e injustas”. Governo sem garantias para pequenos investidores da TAP. A última viagem. Pedro Diogo morreu há uma semana, mas soube há seis meses que o seu tempo estava a chegar ao fim. Esta é a história desses dias. Dinheiro da Europa pode demorar dois anos a chegar. Empresas já estão a preparar despedimentos após ‘layoff’. Marcelo marca almoços com a direita que o ataca. Reino Unido exclui Portugal. Piquenique da CGTP em Lisboa. Mais patrulhas e meios nas praias. **REVISTA E.** As aventuras de Tom & Jerry. Um eterno jogo. Uma divertida rivalidade. E um histórico sucesso de bilheteira. Marcelo Rebelo de Sousa e António Costa soma 40 anos de encontros e desencontros. Vivem uma lua de mel. Mas em março, com as presidenciais, estreia uma nova temporada. Adivinhe quem será o gato e o rato. O que é feito do Magalhães? JP Sá Couto usou a experiência do

Magalhães em Portugal para se lançar a nível internacional. António Costa quer um computador por aluno no próximo ano letivo. JP Sá Couto já disse estar disponível



(Edição em papel) Alerta máximo para incêndios - Semana escaldante. Vaga de calor oriunda do norte de África faz subir temperaturas acima dos 40 graus já amanhã e nos próximos dias.

Especialistas como Xavier Viegas, saúdam melhorias desde as tragédias de há três anos, mas mantêm a preocupação com várias regiões do país onde o risco continua igual ao de 2017. Maria do Céu Albuquerque, Ministra da Agricultura - "As vacas não deixaram de existir e a poluição baixou". "Devemos recuperar o TV Rural". Miguel Frasquilho - "Os portugueses dizem mal da TAP porque gostam dela". Fundação Mário Soares muda de nome. Passa a chamar-se Fundação Maria Barroso e Mário Soares. Autárquicas. PS quer lançar Adalberto contra Carreiras em Cascais. DGS contrata empresa recém-criada para analisar dados da pandemia. **b.i.** Autocaravanas. Uma forma de viajar antiga cada vez mais na moda.



(Online) Brasil com 100 mil mortes até agosto; Açores em "risco sério". TAP: Marcelo tinha "muitas dúvidas" em assinar nacionalização.

Marcelo pede "um esforço" aos partidos para "não haver crise financeira". Marcelo quer nacionalização da Efacec "quanto mais curta melhor". Vakil deixa 33 anos de liderança da Comunidade Islâmica de Lisboa.

SÁBADO

(Online) Luz Saúde faturou ao Estado 37,6 milhões com material contra Covid-19. Covid-19: DGS sem registo do número real de infetados.

NovaSBE: Amigos, amigos, opiniões à parte. Boato sobre covid-19 no meio de guerra interna no PSD. Uma mensagem falsa da DGS chegou aos militantes sociais-democratas em dia de eleições distritais e há quem ache que não foi por acaso. Imunidade à Covid-19 pode ser maior do que se pensa.

VISÃO

(Online) Estudar os mortos para salvar os vivos: o que nos dizem as autópsias das vítimas de Covid-19. Trump tem um novo logótipo para a

sua campanha e é tal e qual um emblema nazi. Covid-19: Rio considera que "reuniões

do Infarmed começam a ter pouca utilidade”. Estátua da Pequena Sereia novamente vandalizada, desta vez por ser um “peixe racista”.



(Online) Reuniões do Infarmed começam "a ser um pouco mais do mesmo". Em entrevista ao Porto Canal, Rui Rio considerou que só as primeiras reuniões foram relevantes e úteis para quem assistiu e pouco sabia sobre pandemias. Marcelo diz que Portugal já apoiou Reino Unido em momentos difíceis. Instituições do Superior pedem a docentes para trabalhar sem receber. A denúncia foi feita pelo Sindicato Nacional do Ensino Superior, que vai entregar no parlamento documentos que comprovam os casos. Primeiro-ministro holandês sem pressa para fechar fundo de recuperação.



(Online) Portugueses no Reino Unido "destroçados" e prontos a contornar exclusão do corredor aéreo. Emigrantes com viagens compradas para vir passar férias de verão dizem que não podem cumprir quarentena de duas semanas que o Governo britânico obriga a quem vier de Portugal. Covid-19. DGS não contabiliza todos os infetados. Os dados da DGS mostram que 78 municípios não tiveram nenhum caso entre 6 de junho e 1 de julho. Mas deixam em dúvida se resultam de um ‘apagão’ estatístico ou se têm mesmo conseguido manter os números a zeros. Capturados os três migrantes marroquinos que fugiram do Aeroporto do Porto.



PR diz que Portugal já apoiou Reino Unido em momentos difíceis. Primeiro-ministro fala de despedimentos na TAP. Sexta às 9. Portugal de milagre a pária no quadro da pandemia. Covid-19. Açores mantém sério risco de registar novos casos. Covid-19. Marcelo não entende decisão do Reino Unido de excluir Portugal.



A PANDEMIA NA EUROPA E NO MUNDO

- ❑ Pandemia ultrapassa os 11 milhões de casos no **MUNDO**.
- ❑ **ESPAÑA** registou 174 novos contágios por covid-19 nas últimas 24 horas, elevando para 2.028 o número de novos casos de infeção pelo coronavírus verificados nos últimos sete dias.
- ❑ **FRANÇA** registou nas últimas 24 horas 18 mortes associadas ao novo coronavírus, elevando o total de óbitos para 29.893.
- ❑ **ITÁLIA** regista 15 óbitos e 223 novos casos de contágio nas últimas 24 horas.
- ❑ **ALEMANHA** regista mais 7 mortes e 422 novos casos. O país ultrapassou a barreira dos 196 mil infetados.
- ❑ **REINO UNIDO** regista 137 mortes, ultrapassa 44 mil infetados.
- ❑ **ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA** bate recorde diário de casos com mais de 60 mil infetados em 24 horas, contabiliza 129.405 óbitos e 2.793.022 casos.
- ❑ **BRASIL** ultrapassou a barreira de 1,5 milhões de pessoas diagnosticadas com covid-19, totalizando ainda 63.174 mortos.
- ❑ **RÚSSIA** ultrapassa 'barreira' dos 10.000 mortos.
- ❑ **CHINA** regista três casos, apenas um de contágio local.
- ❑ Número de mortos em **ÁFRICA** sobe para 10.658 em 433.500 infetados
- ❑ **ÍNDIA** registou 379 mortos e mais de 20 mil infetados por covid-19 nas últimas 24 horas. Total de contágios para 625.544, 18.213 óbitos.
- ❑ **MÉXICO** supera 245 mil casos e está perto de atingir 30 mil mortos.
- ❑ **ÁFRICA DO SUL** regista mais de 9 mil infetados, um novo recorde



FRASES DO DIA

- **“A Efacec é uma empresa importante, em termos científicos e tecnológicos, tudo devia decorrer com acordo entre privados mas uma decisão de tribunal arrestou a posição e criou uma dificuldade à venda no mercado. Restou a possibilidade do Estado comprar essa posição para vender imediatamente, acredito que quanto mais curta esta nacionalização melhor. Não foi possível outra solução mas o Estado vai fazer a ponte para o privado”,** Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República.
- **“[O Reino Unido] é o nosso aliado mais antigo, as nossas relações são de muitos séculos e há uma coisa que toda a gente sabe: que na vida das pessoas, como nos países, ora se está no alto, ora se está em baixo. E quando se está em baixo precisa-se dos outros. Quando se está no alto - ou quando se pensa que se está no alto - às vezes esquecem-se os outros”,** Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República.
- **“A guerra contra a pandemia da covid-19 não está ganha. Este não é o momento para calculismos e taticismos. Ou para joguinhos políticos à esquerda e à direita.”,** António Costa, Primeiro Ministro.
- **“Connosco não haverá bloco central”,** António Costa, Primeiro Ministro.
- **“Não nos iludamos. Isto não é apenas uma brincadeira. Nós continuamos com risco sério e elevado de ter casos de covid-19. Toda a vez que entra um avião num aeroporto dos Açores”,** Vasco Cordeiro, Presidente do Governo regional dos Açores.
- **“A TAP vai ultrapassar tudo em termos de catástrofe financeira para os contribuintes”,** Miguel Sousa Tavares, Jornalista.
- **“TAP – O maior erro político de António Costa. O Estado português vai voltar a ser o ente responsável pelo que se passar, agora sem qualquer desculpa, agora sem poder dizer que não conhecia o enquadramento global em que nos movemos.”,** Ascenso Simões, Deputado do PS

- **“Que belo aliado que nós temos. Atingem-nos duramente, e com toda a indiferença. Boris Johnson não deve saber, pela certa, que temos a mais antiga aliança do mundo, ainda em vigor. Existe desde 1373, Idade Média, e pelo vistos não resiste a um vírus.”** Luis Delgado, Comentador Político.
- **“Não garanto que está tudo bem, apenas que temos a melhor informação que é possível ter”,** Graça Freitas, Diretora-Geral da Saúde.
- **“Qualquer ajuda do norte significa fazer reformas no sul. Não há outra opção”,** Mark Rutte, Primeiro Ministro da Holanda.
- **“O PSD deu claramente a mão ao país, disso não há dúvidas e é o que pretendíamos. Se em vez de estarmos aqui a debater a forma como o orçamento foi aprovado, estivéssemos a discutir como foi reprovado, o país estava sem condições nenhuma para fazer uma luta contra a pandemia e apoiar a economia portuguesa”,** Rui Rio, Presidente do PSD
- **“Não há dúvida de que “somos uns sentimentais”, para nós o que está em Portugal é dos portugueses, e por isso os portugueses que paguem os prejuízos. Os lucros são outra coisa e nunca são para aqui chamados.”,** Henrique Monteiro, Jornalista
- **“Em 48 horas, Pedro Nuno Santos trocou a bravata pela realidade. A TAP será a sua pedra de Sísifo”,** Ricardo Costa, Jornalista.
- **“Este é o país do desenrasca. Queriam milagres, era? Se temos nas mãos um Fiat Punto, ele nunca vai acelerar como um Ferrari, por muito que pressionemos o pedal. É esse o estado do nosso Estado”,** João Miguel Tavares, Jornalista



ARTIGOS SELECIONADOS

DGS não contabiliza todos os casos

Há laboratórios, universidades e médicos que não registam os positivos. Boletim tem concelhos, como o Porto ou Lousada, há semanas sem novos infetados, mas os hospitais negam

As polémicas acusações do presidente da Câmara Municipal de Lisboa sobre o desnorte na resposta das autoridades de saúde contra o surto na região despertaram um problema maior e mais profundo. Vários profissionais no terreno e antigos responsáveis do sector põem em causa a veracidade da dimensão da infeção. As denúncias referem-

se a discrepâncias nos registos, como surtos noticiados que não aparecem logo na estatística da Direção-Geral da Saúde (DGS), diferenças entre o número total de infeções e a distribuição por concelhos, um número maior de casos registados pelas autoridades de saúde do que o reportado na base de dados totais ou até concelhos que o boletim oficial refere não terem novos doentes há semanas mas onde continua a haver admissões covid nas Urgências locais e unidades de saúde pública a identificar positivos.

Os dados dos boletins diários da DGS mostram que um quarto dos concelhos não tem nenhum novo caso de infeção precisamente desde o dia 6 de junho. Entre eles estão alguns dos municípios com maior número de habitantes e com mais de 700 infetados nos meses anteriores, como Porto, Matosinhos, Braga, Gondomar, Maia e Guimarães. Só que ao contrário do que espelham os números oficiais, tanto os hospitais como as unidades de saúde pública do Norte confirmam o registo de novos casos em alguns destes concelhos durante o último mês.

“A partir da segunda semana de junho, no serviço de Urgência que monitorizo diariamente, o número tem vindo a subir, embora não seja uma evolução dramática. Nas duas últimas semanas de maio e na primeira de junho, havia um ou outro novo infetado e agora temos uma média de três por dia. Claramente, temos tido casos confirmados de residentes nos concelhos do Porto, Maia e Gondomar”, afirma Nelson Pereira, médico do Serviço de Urgência do Hospital de São João, no Porto, apontando para cerca de oito infetados em cada município.

Também o Hospital Pedro Hispano, em Matosinhos, confirma ao Expresso ter tido novos infetados residentes no concelho, assim como no Porto e Gondomar. Mariana Carrapatoso, médica de saúde pública na região Norte, confirma um aumento do número de doentes que não tem estado visível nos dados por concelho nos boletins da DGS. “Essa ausência de novos casos nos dados não corresponde à realidade e tem causado dificuldades na comunicação com a população e até com as autarquias.”

Os boletins da DGS são a fonte pública usada diariamente para informar a população sobre a evolução da epidemia em Portugal e a única explicação dada no documento é de que os números por concelho não incluem os registos feitos pelos laboratórios. Mas há um mês que não há qualquer alteração do número de casos.

No Norte têm sido registados doentes com ligação aos surtos em Lisboa, alerta Mariana Carrapatoso, dando como exemplo os trabalhadores da construção civil. “O atraso na realização dos inquéritos epidemiológicos em Lisboa teve impacto nas cadeias de transmissão, uma vez que a população se desloca. Há pessoas que residem no Norte mas que trabalham em Lisboa e que foram infetadas.”

15 MIL NOMES PARA IDENTIFICAR

A realização de testes em grande escala na construção civil, e no trabalho temporário, na Grande Lisboa é uma das denúncias feitas por delegados de saúde da região. “A Autoridade para as Condições do Trabalho decidiu fazer testes em massa, muitos sem interesse. Estivemos duas semanas à volta de 15 mil nomes para identificar. Tínhamos registos apenas como ‘estagiário’, ‘Mico’, ‘José Costa’. Veio tudo aqui parar”, critica um médico de saúde pública de Lisboa.

Dos 15 mil testes, 731 deram positivo, mas não terão sido todos registados na plataforma específica para os laboratórios. “Os testes foram feitos por universidades e por privados que não fizeram os registos porque não estavam inscritos na Entidade Reguladora da Saúde (ERS). A academia porque não é um prestador de saúde e os laboratórios porque a regularização na situação ERS implica pagar, e não o tinham feito”, explica o especialista.

Os dados da DGS mostram que 78 municípios não tiveram nenhum caso entre 6 de junho e 1 de julho. Mas deixam em dúvida se resultam de um ‘apagão’ estatístico ou se têm mesmo conseguido manter os números a zeros. Esses concelhos estão em distritos como Coimbra, Guarda, Viana do Castelo, Vila Real ou Viseu. Em Lousada, que teve o primeiro surto no país em março, a unidade de saúde pública também confirma a existência de casos nas duas últimas semanas apesar de não haver registo no boletim. Para quem todos os dias está no terreno, o ‘apagão’ é a hipótese mais plausível, embora não intencional. Na origem das omissões estarão falhas no sistema de notificação das novas infeções. Além dos laboratórios privados e de universidades que nem sempre registam os positivos, há atrasos de vários dias entre as entidades que o fazem. “Os laboratórios colocam os dados três ou quatro dias depois, não há um critério comum”, diz um delegado de saúde da Grande Lisboa.

Ao Expresso, a diretora-geral da Saúde, Graça Freitas, reconhece que “há várias disfunções no sistema”. E explica: “Se um laboratório não notifica em 24 horas nós não sabemos, mas cada vez mais estão a notificar mais rapidamente e a percentagem de laboratórios que ainda não notificam casos [por falta de registo na ERS] é residual. Nas academias só não estão a notificar alguns centros de investigação, mas também estarão a ser regularizados.” Graça Freitas garante que “o que escapa, acaba por ser apanhado no sistema dos médicos ou pela relação direta dos delegados de saúde com os laboratórios”.

Mas também há lacunas na inserção de casos no sistema onde acedem os médicos. Muitos especialistas não colocam a identificação dos seus doentes acreditando que os laboratórios já o fizeram. Aconteceu, por exemplo, com vários jogadores de futebol. Um médico associado à Liga contou ao Expresso que “nenhum jogador infetado estava registado na plataforma clínica porque os médicos achavam que bastava o registo feito pelos laboratórios”.

Graça Freitas garante que “entre os médicos não há atrasos significativos, às vezes há discrepâncias nas notificações na plataforma que cruza os dados dos laboratórios e dos médicos”. O problema é que os dois sistemas não comunicam, uns não têm acesso à plataforma dos outros.

A infeção em Portugal é monitorizada a partir de três fontes: quem faz os testes, quem vê os doentes e a própria DGS, a única que tem acesso total aos dados, incluindo ao nome dos doentes. “Só a DGS é que recebe tudo e expurga. Mas nós, das unidades de saúde pública, temos muitas vezes mais dados do que a DGS e não percebemos porquê”, afirma um especialista dedicado aos inquéritos epidemiológicos.

A crítica de ‘apagão’ já tinha sido feita por autarcas. A diretora-geral da Saúde explicou que a nível local a estatística é mais precisa e imediata e foi incluída uma nota no boletim, advertindo que os dados por concelho “referem-se ao total de notificações médicas no sistema SINAVE, não incluindo notificações laboratoriais, como tal pode não corresponder à totalidade dos casos”.

“Tenho notado que há surtos que demoram dias a aparecer no boletim diário ou que os dados por concelho não batem certo”, afirma um antigo responsável da DGS. E critica:

“As pessoas aceitam tranquilamente que em plena pandemia haja omissões nos registos durante o fim de semana porque os dados não são inseridos.”

REGISTO ALTERNATIVO EM LISBOA

A confusão resultante dos vários sistemas é tal que na Grande Lisboa delegados de saúde estão a preparar um sistema de suporte alternativo. Será baseado na data em que é colhida a amostra do doente para fazer o teste. “Há meses que dizemos que os positivos devem ser registados na plataforma dos médicos e temos pedido para se harmonizarem os dados”, afirma o delegado regional de saúde da região de Lisboa, Mário Durval.

Sem a unificação dos números, a informação diária sobre os concelhos é parcial e inquina a estratégia de contenção. “Podem estar a ser passadas mensagens tranquilizadoras a um nível extremo que não faz sentido, dando a ideia de que a região está a salvo e que não tem casos, quando na verdade tem”, avisa o médico do Hospital de São João Nelson Pereira.

Ao Expresso, Graça Freitas confirma as dificuldades no terreno, mas garante que as medidas essenciais contra a pandemia estão a ser feitas. Isto é, quem está no terreno tem acesso rápido aos dados e inicia logo o rastreamento para isolar quem precisa. “A nossa prioridade foi encontrar uma plataforma online para acompanhar os doentes em casa. Estamos agora a tentar ter um sistema único. Não garanto que está tudo bem, apenas que temos a melhor informação que é possível ter.”

Fonte: **Expresso**

Governo gasta menos com a crise do que o inicialmente previsto

No início da crise, o Governo estimava que iria gastar, apenas com o layoff, 1000 milhões de euros ao mês. Mas no OES, os valores agora previstos são consideravelmente mais baixos, atirando o impacto orçamental das medidas para 1,7% do PIB.

Depois de estimativas iniciais que apontavam, só no caso do layoff simplificado, para uma despesa de 1000 milhões de euros ao mês, o Governo reviu em baixa as suas estimativas logo em Maio quando foi entregue o Programa de Estabilidade e agora, com o Orçamento do Estado Suplementar (OES), volta a reduzir a sua projeção de impacto

orçamental imediato das medidas de combate à crise do coronavírus. São menos 1800 milhões de euros de impacto entre o primeiro momento e o último, que se explicam sobretudo pelo facto de o recurso às medidas anunciadas pelo Governo, principalmente o layoff, ter sido menor do que o projetado.

De acordo com os números apresentados pelo Conselho de Finanças Públicas (CFP) no relatório de análise ao Orçamento Suplementar publicado esta quarta-feira, as medidas excecionais e temporárias de contenção e mitigação dos efeitos da pandemia covid-19 incluídas no OES têm, entre aumento de despesas e reduções de receitas, um efeito no défice orçamental no decorrer deste ano de 3408 milhões de euros, ou 1,7% do PIB.

Este é um valor calculado “com base em informação prestada pelo Ministério das Finanças em resposta a questão do Conselho das Finanças Públicas”, esclareceu fonte oficial desta entidade.

Mas, no início da crise, as estimativas que eram feitas, também com base nos números então disponibilizados pelo Governo, eram bem maiores. O think tank europeu Bruegel, que calculou para 12 países o impacto orçamental das medidas de combate à crise implementadas pelos respetivos governos, estimava que no caso de Portugal, o impacto orçamental imediato seria de 5200 milhões de euros (cerca de 2,5% do PIB), um valor que é quase 1800 milhões de euros mais elevado do que o atual.

Tanto num caso como no outro, não está incluída qualquer estimativa de despesa pública com a injeção de capital em empresas, que no caso da TAP ascende a perto de 1000 milhões de euros.

Também não entram nestas contas as medidas, como a concessão de garantias de crédito ou o diferimento do pagamento de impostos, que não têm no imediato um impacto orçamental, apenas um impacto potencial futuro.

Nas contas do Bruegel, com um impacto orçamental imediato das medidas equivalente a 2,5%, Portugal era um dos países com valores mais baixos, bem longe dos 3,4% de Itália, dos 3,7% de Espanha, dos 4,4% de França ou dos 13,3% da Alemanha. Agora, poderá ter ficado ainda mais distante.

LAYOFF REDUZIDO

A maior parte da diferença entre as primeiras estimativas de custos e as atuais está na principal medida de mitigação da crise adotada pelo Governo: o layoff simplificado.

Inicialmente, quando a medida foi lançada, o executivo dizia que iria custar aos cofres do Estado 1000 milhões de euros ao mês. As estimativas de impacto total, como a realizada pelo Bruegel, assumiam que a medida iria ser aplicada durante três meses e, por isso, o custo para o Estado atingiria os 3000 milhões de euros.

No entanto, logo em maio, quando apresentou o Programa de Estabilidade, o Governo reviu as contas, apontando para um custo mensal de 373 milhões com o pagamento de parte das remunerações dos trabalhadores em layoff, mais 190 milhões de euros ao mês de perda de receita devido à isenção de pagamento das contribuições sociais associada ao layoff simplificado. No total, o custo mensal da medida passou a ser de 563 milhões de euros ao mês.

E, tendo em conta que a medida do layoff simplificado vai acabar por ter uma duração de quatro meses, isso significaria que, em vez dos 3000 milhões de euros de custo inicial, no Programa de Estabilidade o Governo passou a assumir um impacto orçamental dessa medida de 2252 milhões de euros.

Agora, apesar de, entretanto, o executivo ter decidido avançar, ao fim dos quatro meses de layoff simplificado, com uma prorrogação parcial da medida até ao final do ano, a verdade é que o impacto orçamental previsto no OE suplementar acaba por ser mais baixo.

De acordo com os dados publicados pelo Conselho das Finanças Públicas, aquilo que o OE suplementar assume este ano com o layoff simplificado e prorrogação é uma despesa de 1100 milhões de euros, a que se tem de acrescentar 550 milhões de euros de perda de receitas com contribuições. No total são 1550 milhões de euros, um pouco mais de metade da estimativa inicial.

Uma diferença tão grande encontra a sua explicação no facto de o acesso das empresas à medida ter ficado bastante abaixo daquilo que era considerado possível pelo Governo numa fase inicial. Primeiro, esperava-se que fossem abrangidos 1,5 milhões de trabalhadores, mas afinal esta medida, no seu pico, não chegou a visar mais de 850 mil trabalhadores.

PRESTAÇÕES SOCIAIS MAIS PEQUENAS

Há ainda diferenças significativas noutras medidas. O apoio extraordinário à retoma da atividade empresarial – relacionado precisamente com as empresas que recorreram ao

layoff simplificado –, cujo custo inicialmente estimado era de 1000 milhões de euros, no Programa de Estabilidade passou a ser calculado em 508 milhões de euros e agora, no Orçamento Suplementar, de 297 milhões de euros.

A despesa extraordinária com o subsídio de doença, que, em maio, no Programa de Estabilidade, se projetava poder ascender aos 155 milhões de euros ao mês, agora, de acordo com o CFP, não passa dos nove milhões de euros no OE Suplementar.

O apoio excecional à família, que em maio o Governo dizia ir custar 133 milhões de euros ao mês enquanto durassem as medidas de confinamento, acaba por ter no Orçamento Suplementar uma verba prevista, para a totalidade do ano, de somente 100 milhões de euros.

Todos estes números dizem respeito à proposta de Orçamento Suplementar feita pelo Governo, não incluindo por isso as alterações que, entretanto, foram realizadas, na discussão na especialidade, pelo Parlamento.

Não foram apresentadas, quer pelo Governo, quer pelos partidos, estimativas de impacto orçamental de medidas agora aprovadas, como o reforço do apoio aos sócios gerentes, o fim da obrigatoriedade do pagamento por conta de IRC pelas micro e pequenas empresas ou a exclusão das empresas com sede em paraísos fiscais dos apoios oferecidos no âmbito da pandemia (esta última medida com um potencial impacto positivo no Orçamento).

O PÚBLICO pediu esclarecimentos ao Ministério das Finanças sobre estes valores, solicitando em particular uma estimativa do impacto orçamental das medidas de combate à crise, incluindo as aprovadas no Parlamento na discussão do diploma na especialidade, mas não obteve até ao momento qualquer resposta.

Fonte: **Público**

Milhões podem só chegar em 2022

O grosso do dinheiro do novo fundo de recuperação só deverá começar a ser transferido para os países depois da primavera do próximo ano. Um cenário estimado pela Comissão Europeia (CE) que não convence a eurodeputada do PS Margarida Marques, que acompanha as negociações orçamentais do lado do Parlamento Europeu (PE). Ao Expresso, antevê uma espera ainda mais longa quer para as verbas do novo

fundo, quer do próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP), adiantando que, “se nada for feito, o dinheiro só chega aos Estados-membros em 2022”, ou seja, dentro de ano e meio. “É demasiado tarde”, diz a socialista. Aponta o dedo à metodologia utilizada pelo executivo comunitário e pede uma aceleração do processo.

No caso do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, onde estão €310 mil milhões a fundo perdido, os países têm até abril de 2021 para apresentar a Bruxelas os planos de absorção do dinheiro e a CE tem depois quatro meses – até agosto – para os analisar, sendo que a transferência das verbas só acontecerá quando os Estados começarem a implementar projetos e reformas e a dar provas de cumprimento dos objetivos. Fonte comunitária dá conta de que a rapidez das transferências dependerá também da velocidade com que os Estados apresentarem os planos de recuperação – podem enviar um esboço já em outubro – e começarem a cumprir esses objetivos.

Para Portugal pode estar em causa €12,9 mil milhões, um valor que não está fechado e que vai depender também da proposta de consenso que o presidente do Conselho Europeu apresentará no final da semana aos 27. Segundo fonte europeia, Charles Michel ainda não decidiu se mantém a fatia a fundo perdido proposta pela CE (€500 mil milhões) ou se transforma uma parte em empréstimos, como pedem os países nórdicos. Para já, é certo que quer mexer nos critérios de distribuição de parte das verbas e encurtar o fundo de recuperação de quatro para três anos. Só que reduzir a duração coloca ainda mais pressão na capacidade de os países absorverem o dinheiro.

O eurodeputado do PSD José Manuel Fernandes, que também faz parte da equipa de negociação do PE para o Orçamento comunitário, não tem dúvidas de que mesmo num cenário de quatro anos “vai haver um problema de absorção” do fundo de recuperação. E a preocupação estende-se também às verbas da Coesão: quer as que estão por gastar no atual quadro comunitário, quer as do próximo. Por isso defende que o Governo tem de fazer o trabalho de casa para assegurar “a qualidade” dos projetos. “Portugal já deveria saber o que vai fazer com o dinheiro”, diz ao Expresso. “Era crucial envolver as autarquias, as empresas, as universidades, para que todos se preparem para ter projetos prontos para começarem a ser executados logo em 2021.” Entre o fundo de recuperação e o próximo QFP, Portugal pode ir buscar €45 mil milhões em subsídios, com a maior fatia concentrada nos anos de 2021 a 2023.

Francisco Guerreiro, ex-PAN e agora eurodeputado independente na bancada d'Os Verdes, também admite que encurtar a duração “poderá criar” problemas de absorção, mas sublinha que o mais urgente agora é “um acordo conclusivo” na cimeira de 17 e 18 de julho, para que Portugal saiba com o que pode contar. O deputado, que também faz parte da Comissão dos Orçamentos, defende uma “condicionalidade maior ao Pacto Ecológico Europeu” e que os projetos financia-dos sejam direcionados “para uma economia mais descarbonizada”. Só assim poderá dar o voto positivo ao que sair da negociação de chefes de Estado e de Governo. O PE tem a última palavra na aprovação do fundo de recuperação e do Orçamento comunitário, mas quanto mais tempo os líderes demorarem a decidir menos tempo sobra aos eurodeputados para reagir e fechar tudo até ao final do ano.

Fonte: **Expresso**.

As orientações do Ministério da Educação e da DGS seguiram esta sexta-feira para os estabelecimentos de ensino

MAIS DIAS DE AULAS

As aulas começam entre 14 e 17 de setembro para todos os níveis de ensino e acabam a 9 de junho para os anos com exames (9º, 11º e 12º), a 15 do mesmo mês para 7º, 8º e 10º e apenas a 30 de junho para a educação pré-escolar e do 1º ao 6º ano do básico. As férias da Páscoa são encurtadas e decorrem entre 25 de março e 5 abril.

TODOS NA ESCOLA

O regime presencial é a regra para todas as escolas e níveis de ensino. Se a pandemia obrigar a reduzir a lotação das escolas, mantêm-se em aulas presenciais os alunos do pré-escolar ao 6º ano, assim como os mais carenciados, os que têm necessidades especiais e as crianças em risco e ainda todos aqueles que a escola considere não se adaptarem ou terem condições para o ensino remoto.

E SE O ENSINO PASSAR PARA O REGIME MISTO?

Caberá às direções das escolas adequar o horário semanal de cada disciplina, repartindo entre aulas presenciais, aulas online e trabalho autónomo. Sempre com a ressalva de

que os mais novos e com mais dificuldades com o ensino remoto devem manter-se na escola. No caso dos cursos profissionais, as aulas práticas também serão presenciais.

LAVAR AS MÃOS, USAR MÁSCARA

À entrada da escola, antes e após as refeições e com frequência ao longo do dia, todos devem lavar/desinfetar as mãos, lembra-se no código de conduta. A máscara deve ser usada por todos os que frequentam o espaço escolar, incluindo os alunos a partir do 2º ciclo (5º ano).

A MESMA SALA, INTERVALOS MAIS CURTOS

Os intervalos entre as aulas devem ter a menor duração possível, devendo os alunos permanecer ao máximo em zonas específicas definidas pela escola. As turmas devem manter-se nas mesmas salas e evitar o contacto com outras. Por exemplo, não é suposto os alunos do 8º A se cruzarem ou contactarem com os colegas do 8º B. Para isso devem ser desfasados os intervalos e os horários de refeição. Se for preciso as escolas podem estender o horário de funcionamento e reorganizar o horário escolar, dividindo as turmas em turnos de meio-dia. Podem até fazer parcerias com outras entidades para que sejam dadas aulas noutros espaços.

MAIS PROFESSORES, TUTORES E FUNCIONÁRIOS

Serão contratados mais 600 funcionários e 200 assistentes técnicos e ainda alguns milhares de professores. O reforço varia de escola para escola (até em função do número de turmas) mas o total de horas a mais equivale a 2500 professores a tempo inteiro. O programa de tutorias, que prevê um apoio de quatro horas semanais para alunos que já tenham chumbado duas vezes, é alargado aos estudantes do ensino secundário e a todos os que não transitaram este ano. Haverá ainda psicólogos e mediadores para trabalhar com as famílias.

AVALIAR O QUE FICOU PARA TRÁS

Ao longo do 1º período vai ser feito um estudo nacional por amostra (alunos do 3º, 6º e 9º anos) para avaliar o impacto do ensino à distância que ocorreu durante todo o passado 3º período. O Ministério também vai produzir um guião para escolas e professores fazerem o diagnóstico das dificuldades no início do próximo ano letivo.

FAMÍLIAS NÃO TÊM DE DEVOLVER MANUAIS

A proposta do CDS-PP que suspende a devolução dos manuais escolares no final do ano letivo foi aprovada na sexta-feira no Parlamento, já que apenas o PS votou contra. A medida, muito criticada pelo ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, terá um impacto financeiro que não estava previsto de mais cerca de 150 milhões de euros, já que implica comprar os manuais todos de novo. “Não comento as decisões da Assembleia da República. Mas a sustentabilidade deste programa de empréstimo dos manuais assenta na reutilização que é agora posta em causa. O impacto orçamental é muito grave”, Tiago Brandão Rodrigues em entrevista ao Expresso.

Fonte: **Expresso**

Descodificador

Onde param os desempregados?

A população empregada está a diminuir, mas a taxa de desemprego nunca esteve tão baixa.

Pandemia chegou à estatística

1. Qual o impacto da covid-19 no desemprego?

O que antes seria uma conta fácil de fazer deixou de o ser com a pandemia. Sabemos, pelos indicadores mensais do Instituto do Emprego e Formação Profissional, que o número de novos desempregados registados nos centros de emprego nacionais tem vindo a aumentar e já superava os 408 mil indivíduos em maio (último mês disponível). São mais 103 mil do que no mesmo mês de 2019 e mais 93 mil do que em fevereiro, último mês livre dos impactos da pandemia. Contudo, as estatísticas divulgadas esta semana pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) — indicador tido como mais fidedigno para medir o desemprego real — não consolidam esta tendência. Nas contas do INE, a população empregada sofreu em maio uma nova redução para as 4646,6 pessoas. O país perdeu 104,9 mil empregados, mas a taxa de desemprego desceu para 5,5%.

2. Como é que este fenómeno se explica?

É um fenómeno raro, mas simples de explicar. Na prática, é uma questão de metodologia e de classificação dos dados. O critério que o INE usa para classificar um

desempregado — e que é também utilizado pela Organização Internacional do Trabalho — pressupõe o cumprimento de três requisitos de forma cumulativa: não ter trabalho remunerado, ter procurado ativamente emprego, remunerado ou não, no período de referência ou nas três semanas anteriores e estar disponível para trabalhar. Ora, durante o período de confinamento e com a esmagadora maioria das empresas encerrada ou com atividade reduzida, o cumprimento destes requisitos foi posto em causa. Significa isto que indivíduos que em circunstâncias normais seriam classificados como desempregados não o estão a ser.

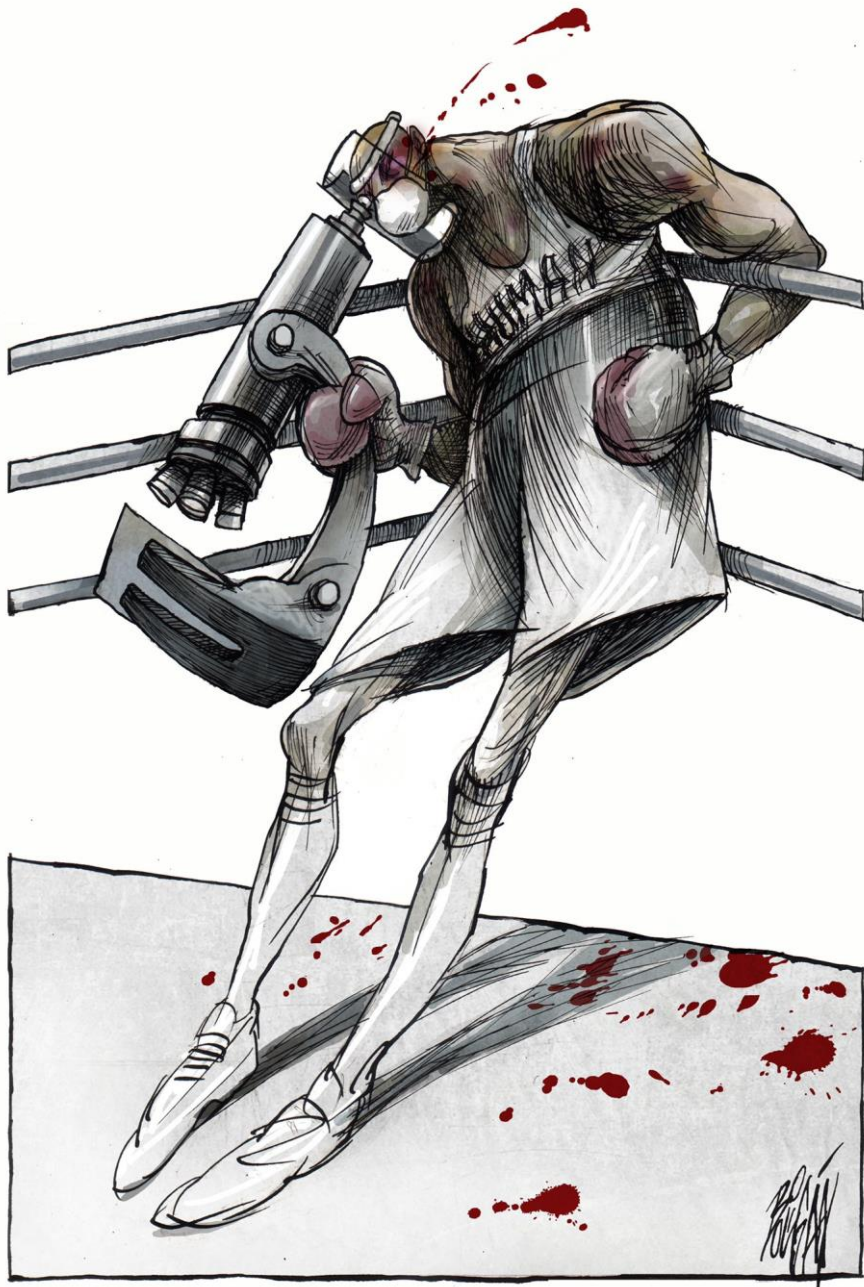
3. Onde estão então os desempregados da pandemia?

Estão a ser contabilizados como inativos. E os números demonstram-no. Ao longo dos últimos meses, enquanto os indicadores da população empregada e desempregada diminuían, o grupo dos inativos ‘engordava’, alimentado pelo conjunto de profissionais a quem a pandemia eliminou o emprego, sem deixar sequer hipóteses de procura ativa de trabalho. Entre fevereiro e maio deste ano, a população empregada perdeu 192 mil indivíduos. No mesmo período de tempo, o número de desempregados sofreu uma redução de 63 mil, enquanto o grupo dos inativos teve um acréscimo de 216,1 mil pessoas. Números que demonstram que o grupo dos inativos está a ocultar o desemprego real do país.

4. Deixou de ser possível medir o desemprego?

Em rigor e apenas com base na taxa de desemprego, sim. As restrições impostas pela pandemia retiraram à taxa de desemprego a importância que os analistas lhe atribuíam, uma vez que ela deixou de traduzir a real dimensão do desemprego nacional. Para avaliar o desemprego é hoje mais importante olhar para a taxa de subutilização do trabalho — que agrega a população desempregada, o subemprego de trabalhadores a tempo parcial, os inativos à procura de emprego mas não disponíveis para trabalhar e os inativos disponíveis mas que não procuram emprego —, um indicador agora mais próximo do desemprego ‘real’, que já vai nos 14,2%, quase o triplo da taxa de desemprego de 5,5% contabilizada em maio. Neste grupo estavam em maio 749,5 mil indivíduos. Uma parte significativa serão os novos desempregados covid.

Fonte: **Expresso**



OPINIÃO

O ascenso da censura – José Pacheco Pereira

A censura prévia, a censura a posteriori, a autocensura, a censura por omissão, cresce. Muitas vezes pelas melhores razões, mas isso não a justifica.

Este é um daqueles artigos que se escreve por puro dever, mas sem qualquer prazer. Tem a ver com uma tendência perigosa que se tem acentuado e muito nos últimos tempos, um ascenso da censura. O alvo dessa censura é tudo aquilo que não gostamos, muitas vezes aquilo que achamos repelente, mas nem por isso deixa de ser censura. Repito pela enésima vez que a liberdade de expressão só tem sentido para o discurso que detestamos, não para o que nos agrada.

Em parte, por mimetismo com o que se passa nos EUA, em parte pela politização por grupos radicais de problemas reais da sociedade portuguesa, a censura prévia, a censura a posteriori, a autocensura, a censura por omissão, cresce. Muitas vezes pelas melhores razões, mas isso não a justifica.

Não estamos sequer na fase que podíamos definir no passado como a do “politicamente correto”, estamos numa fase muito mais perigosa que é a institucionalização censória e, pior ainda, num patrulhamento agressivo do discurso, intimidatório e iliberal. Isto manifesta-se na comunicação social, como nas plataformas das redes sociais que são para muitos portugueses um veículo de expressão individual, com todos os inconvenientes e perversões, mas mesmo assim fazendo parte do discurso público.

A censura, por exemplo, do Facebook e do Twitter nos EUA e em parte em Portugal, centra-se em páginas da extrema-direita, racistas, identitárias, do poder branco, ultranacionalistas, xenófobas, com teorias conspirativas, ou seja, uma ganga que não merece um átomo de consideração por parte de uma pessoa decente. Mas a mesma pessoa decente não pode ficar indiferente a que o direito à liberdade de expressão, por exemplo a Primeira Emenda da Constituição americana, protege exatamente o discurso que para nós é repelente. Eu arrepio-me por estar a dizer o mesmo de Trump, mas é mesmo assim. E parece o mesmo, mas não é o mesmo.

Mas o problema do ascenso da censura não se limita apenas às redes sociais, tem também um efeito de policiamento da linguagem que neste momento nos EUA ganhou foros de uma verdadeira paranoia, com pessoas que dizem uma qualquer frase ambígua e sem as prioridades “certas” a serem ameaçadas de perder o emprego ou terem que andar a pedir desculpas e a penitenciar-se numa espiral sem pés nem cabeça e perigosa

para a liberdade. Dos cómicos que têm um papel importante na televisão americana à noite, apenas um tem resistido e denunciado estes exageros, Bill Maher.

Veja-se o caso, lá e cá, do “discurso do ódio”, talvez mais difícil de tratar do que a explicitude da extrema-direita. As fronteiras do “discurso do ódio” podem ser puxadas para todo o discurso político radical, incluindo à esquerda. Por exemplo, podem encontrar em Lisboa grafitos que dizem ACAB, ou seja “All cops are bastards”, o caminho para o cartaz na manifestação sobre que os únicos polícias “bons” são os que estão mortos. Houve uma grande indignação hipócrita com o cartaz, mas ele comunica com muitas outras formas da atual versão do antirracismo radical, e não chocou ninguém na manifestação. E convinha lembrar que sempre que se fala de “revolução” na tradição leninista está-se a falar de uma revolta armada violenta, ou de uma guerra civil. Sou capaz de encher páginas com exemplos. Estas coisas não estão hoje na mira dos censores, mas podem vir a estar.

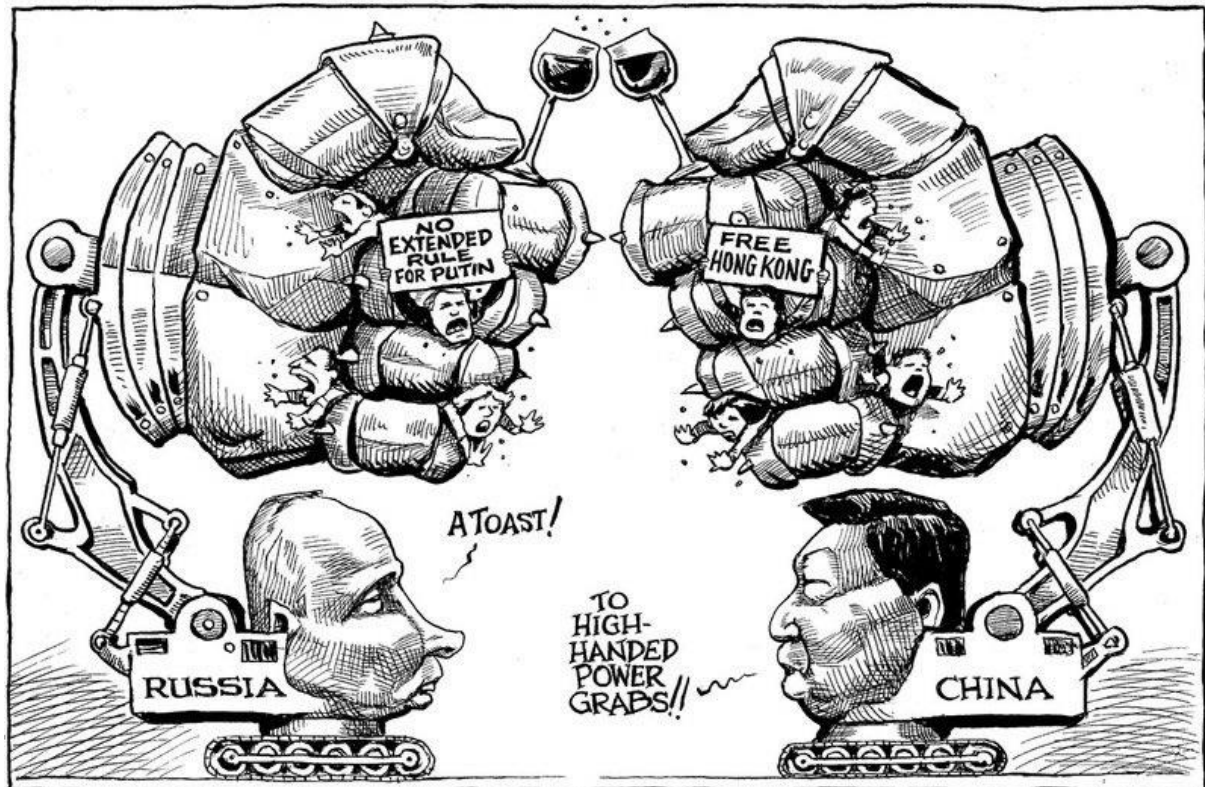
Convinha também ter em conta que o mimetismo com o que se passa nos EUA é também um erro, dado que nos EUA a questão central foi a escravatura e por cá é o colonialismo (espero, aliás, que ao ter escolhido o momento mais simbólico do colonialismo português, a humilhação de Gungunhana por Mouzinho de Albuquerque, não leve a rasgarem-se as revistas e jornais com esta tenebrosa imagem). Nos EUA, a guerra civil, o período terrível da “Reconstrução”, e a perda efetiva de direitos cívicos no Sul até aos anos sessenta, torna a questão do racismo absolutamente presente e não apenas nas brutalidades da polícia.

É verdade que a Constituição portuguesa não é neutra, condenando o discurso de ódio, racista, xenófobo e discriminatório, coisa com que nunca concordei, mas como está lá tem que se ter em conta. Preferiria que a condenação dos abusos fosse feita sempre a posteriori com controlo judicial, admitindo mesmo o agravamento das penas, em vez da censura prévia. Pode-se dizer que o resultado é o mesmo, que o efeito das sanções é intimidar a liberdade de quem escreve ou fala, mas não é a mesma coisa. Aliás, se fosse preciso mudar a lei, teria sentido fazê-lo à luz da nova realidade das redes sociais.

Infelizmente, muito do que queria dizer – em particular sobre a censura por omissão – tem que ficar para outra altura. Mas o essencial é que o caminho da censura faz-nos perder a liberdade, que anda no ar que se respira mais do que nas leis.

José Pacheco Pereira, Historiador

Fonte: Público



Economist.com

Kal

